

Índios abrem 'guerra' a invasores

► Jurista considera inconstitucional decreto que permite contestar limites de terras indígenas



RENATO WEIL

OS INDÍGENAS dançaram em frente aos deputados e pediram um posicionamento contra decreto que beneficia os invasores

Conscientes de que não têm nada a comemorar no Dia do Índio, representantes indígenas estão participando do 1.º Seminário "Políticas Públicas Indigenistas", a ser encerrado hoje em Belo Horizonte. Durante o encontro, foi reativada a Comissão Executiva de Políticas Indigenistas, extinta na administração anterior, e aprovado requerimento pedindo a imediata revogação do polêmico Decreto Federal 1.775/96, que possibilita aos invasores a contestação dos limites das terras indígenas.

O jurista Dalmo Dalari, professor titular da Faculdade de Direito da USP, presidente do Conselho Internacional de Juristas e membro da Comissão Pró-Índio, informou que o Decreto 1.775/96 é inconstitucional. Ele diz estar convencido de que o presidente Fernando Henrique Cardoso não foi bem informado sobre o decreto, preparado pelo ministro Nelson Jobim, "ex-advogado de invasores de terras indígenas no Pará", sob o argumento que o Decreto 22, assinado em 1991, não assegurava o direito ao contraditório.

Os ocupantes das terras indígenas tiveram prazo, até as 18h do último dia 8, para contestar as demarcações já realizadas. A Funai recebeu um total de 516 contestações, mas, segundo Dalmo Dalari,

o governo não pode indenizá-los, já que a Constituição de 1988 anulou os títulos de propriedade dos invasores.

Consequências

Para Dalmo Dalari, a Assembleia Legislativa mineira deve se posicionar oficialmente contra o decreto como forma de demonstrar as consequências negativas de sua assinatura. "Além do aspecto moral e jurídico, as más consequências podem também serem sentidas no aspecto econômico", disse. Dalmo Dalari se refere ao pronunciamento formal do Parlamento Europeu contra o decreto. Ele garante que alguns países da Comunidade Europeia se recusam a negociar com o Mercosul, que tem entre seus membros um país que desrespeita os Direitos Humanos.

Para o jurista, o elevado número de terras à espera de demarcação significa um desperdício de recursos vindos do exterior para serem usados neste processo. Amanhã, os participantes do encontro entregarão ao governador Eduardo Azeredo o abaixo-assinado da Campanha Internacional pela Regularização do Território Maxakali, que já tem 45 mil assinaturas de simpatizantes da Europa, Canadá e Estados Unidos.